



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
CNPJ 75.967.760/0001-71
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br

ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA

Registro de preços para aquisição de forma parcelada de Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos e insumos farmacêuticos a serem adquiridos para atender às demandas da população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS) de União da Vitória-PR.

**Secretaria Municipal de Saúde
2026**



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
CNPJ 75.967.760/0001-71
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Registro de preços para aquisição de forma parcelada de Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos e insumos farmacêuticos a serem adquiridos para atender às demandas da população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS) de União da Vitória-PR.

1.2. Das Especificações do(s) item(s):

ITEM	CATMAT/ COD BR	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QTDE.	Val Unit Max R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1	BR0271687	ÁCIDO ASCÓRBICO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MG/ML, TIPO USO: INJETÁVEL	AMPOLA 5,00 ML	200	0,80	160,00
2	BR0327566	ÁCIDO TRANEXÂMICO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA 5,00 ML	1100	4,23	4.653,00
3	BR0267511	AMINOFILINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MG	COMPRIMIDO	20000	0,10	2.000,00
4	BR0278281	ADENOSINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 3 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA 2,00 ML	100	11,30	1.130,00
5	BR0268222	BICARBONATO DE SÓDIO, SOLUÇÃO INJETÁVEL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 8,4%	AMPOLA 10,00 ML	200	0,88	176,00
6	BR0269603	BISACODIL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5 MG	COMPRIMIDO	1000	0,18	180,00
7	BR0270622	ESCOPOLAMINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 6,67MG + 333MG/ML, INDICAÇÃO: SOLUÇÃO ORAL, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA	FRASCO 20,00 ML	1200	5,12	6.144,00
8	BR0270814	CIANOCOBALAMINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5MG + 4MG + 100MG + 100MG, INDICAÇÃO: INJETÁVEL, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA	AMPOLA	1500	7,25	10.875,00
9	BR0270813	CIANOCOBALAMINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5MG + 100MG + 100MG, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADA COM PIRIDOXINA E TIAMINA	DRÁGEA / CPR	12000	1,49	17.880,00
10	BR0431097	COLECALCIFEROL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 7.000 UI	COMPRIMIDO	50000	0,18	9.000,00
11	BR0267574	CLORETO DE SÓDIO, USO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 20%	AMPOLA 10,00 ML	200	0,41	82,00
12	BR0267162	CLORETO DE POTÁSSIO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 19,1%, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA 10,00 ML	1000	0,45	450,00
13	BR0268236	CLORETO DE SÓDIO, APLICAÇÃO: SISTEMA FECHADO, PRINCÍPIO ATIVO: 0,9%_ SOLUÇÃO INJETÁVEL	BOLSA 1000,00 ML	1000	6,37	6.370,00
14	BR0268236	CLORETO DE SÓDIO, APLICAÇÃO: SISTEMA FECHADO, PRINCÍPIO ATIVO: 0,9%_ SOLUÇÃO INJETÁVEL	BOLSA 500,00 ML	250	3,84	960,00
15	BR0396853	TETRACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA À FENILEFRINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 1% + 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO 10,00 ML	100	11,18	1.118,00
16	BR0272045	CLOPIDOGREL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 75 MG	COMPRIMIDO	1000	0,43	430,00
17	BR0268069	CLORPROMAZINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA 5,00 ML	100	3,11	311,00
18	BR0276283	DESLANÓSIDO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA 2,00 ML	200	2,37	474,00
19	BR0272091	VITAMINAS DO COMPLEXO B, SOLUÇÃO INJETÁVEL, VITAMINAS: B1,B2,B6,B12 E PP	AMPOLA 2,00 ML	3000	1,15	3.450,00



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
CNPJ 75.967.760/0001-71
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br

20	BR0393870	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA À BETAMETASONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,4 MG + 0,05 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: XAROPE	FRASCO 120,00 ML	500	3,15	1.575,00
21	BR0273818	DIOSMINA, ASSOCIADA À HESPERIDINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 450MG + 50MG	COMPRIMIDO	150000	0,46	69.000,00
22	BR0268960	DOPAMINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA 10,00 ML	100	3,68	368,00
23	BR0268255	EPINEFRINA, USO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 1MG/ML	AMPOLA 1,00 ML	400	1,27	508,00
24	BR0291771	ESCITALOPRAM OXALATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 20 MG	COMPRIMIDO	50000	0,18	9.000,00
25	BR0267208	ESTRIOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 1 MG/G, CREME VAGINAL	BISNAGA 50,00 G	150	12,84	1.926,00
26	BR0300725	Fenobarbital 100 mg/mL sol. injetável	AMPOLA	200	2,67	534,00
27	BR0292399	FITOMENADIONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA 1,00 ML	200	2,29	458,00
28	BR0357880	GLICOSE, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5%, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SISTEMA FECHADO, EMBALAGEM PRIMÁRIA ISENTA DE PVC	FRASCO 100,00 ML	500	4,05	2.025,00
29	BR0357880	GLICOSE, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5%, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SISTEMA FECHADO, EMBALAGEM PRIMÁRIA ISENTA DE PVC	BOLSA 500,00 ML	1200	6,14	7.368,00
30	BR0267541	GLICOSE, INDICAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50%	AMPOLA 10,00 ML	600	0,60	360,00
31	BR395620	Glycine Max (Isoflavona de Soja) 150 mg cápsula	CÁPSULA	10000	0,44	4.400,00
32	BR0272796	HEPARINA SÓDICA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5.000UI/ML, INDICAÇÃO: INJETÁVEL	FRASCO 5,00 ML	100	15,78	1.578,00
33	BR0270042	HIPROMELOSE, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,5%, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO 10,00 ML	500	16,32	8.160,00
34	BR0433280	LEVODOPA, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À BENZERAZIDA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100MG + 25 MG	COMPRIMIDO	20000	1,14	22.800,00
35	BR0270126	LEVODOPA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 200MG + 50MG, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À BENZERAZIDA	COMPRIMIDO	12000	1,78	21.360,00
36	BR0269850	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 2% + 1:50.000, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA COM EPINEFRINA, APRESENTAÇÃO: INJETÁVEL	FRASCO 20,00 ML	100	5,82	582,00
37	BR0304871	MORFINA, APRESENTAÇÃO: SULFATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA 1,00 ML	300	1,82	546,00
38	BR0272326	NALOXONA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA 1,00 ML	100	5,83	583,00
39	BR0273710	NIMESULIDA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MG	COMPRIMIDO	170000	0,11	18.700,00
40	BR0270007	NIMODIPINO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 30 MG	COMPRIMIDO	20000	0,41	8.200,00
41	BR0442584	NOREPINEFRINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA 4,00 ML	50	1,37	68,50
42	BR0272329	PETIDINA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA 2,00 ML	50	4,63	231,50
43	BR0268160	OMEPRAZOL, USO: INJETÁVEL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 40 MG	FRASCO 30,00 ML	1000	7,95	7.950,00
44	BR0272089	SULFADIAZINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 1%, INDICAÇÃO: CREME, PRINCÍPIO ATIVO: DE PRATA	POTE 400,00 G	100	34,82	3.482,00
45	BR0292382	TRAMADOL CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA 2,00 ML	1000	1,37	1.370,00
46	BR0272382	VENLAFAXINA, SAL CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 75 MG	COMPRIMIDO	25000	0,50	12.500,00



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
CNPJ 75.967.760/0001-71
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br

47	BR0268481	MIDAZOLAM, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5 MG/ML, APLICAÇÃO: INJETÁVEL	AMPOLA 3,00 ML	100	1,78	178,00
48	BR0268115	HIDRALAZINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA 1,00 ML	100	6,32	632,00
49	BR0448641	NIFEDIPINO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 20 MG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMPRIMIDO	500	0,14	70,00
50	BR0406994	EXTRATO MEDICINAL, COMPOSIÇÃO: PASSIFLORA INCARNATA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 300 MG	COMPRIMIDO	100000	0,54	54.000,00
51	BR0308883	SULFAMETOXAZOL, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 800MG + 160MG	COMPRIMIDO	15000	0,41	6.150,00
52	BR0271357	ALPRAZOLAM, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 0,50 MG	COMPRIMIDO	15000	0,08	1.200,00
53	BR0272166	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5 MG	COMPRIMIDO	120000	0,08	9.600,00
54	BR0267203	DIPIRONA SÓDICA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500 MG	COMPRIMIDO	90000	0,12	10.800,00
55	BR0272093	VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA: B1 - 5 MG, B2 - 2MG, B6 - 2MG, B5 - 3MG, PP - 20MG	DRÁGEA	100000	0,11	11.000,00
56	BR0271710	AMIODARONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 50MG/ML, INDICAÇÃO: INJETÁVEL	AMPOLA	100	3,48	348,00
57	BR0267283	ESCOPOLAMINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 10 MG	COMPRIMIDO	3000	0,50	1.500,00
58	BR0267621	CARBONATO DE LÍTIU, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 300 MG	COMPRIMIDO	70000	0,25	17.500,00
59	BR0273554	MELOXICAM, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 15 MG	COMPRIMIDO	30000	0,16	4.800,00
60	BR0412965	SIMETICONA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 75 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO ORAL - GOTAS	FRASCO 10,00 ML	500	1,42	710,00
61	BR0446251	CARVAO VEGETAL ATIVADO GRANULADO - 50 GRAMAS INSUMO FARMACEUTICO MANIPULADO (SACHE / POTE)	UN	30	16,33	489,90
62	BR0276378	CILOSTAZOL, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 100 MG	COMPRIMIDO	100000	0,43	43.000,00
Valor Total Estimado						R\$ 433.453,90

1.3. A opção pelo Sistema de Registro de Preços se justifica por possibilitar uma maior adequação entre a demanda e o fornecimento parcelado do material ao longo da vigência da ata. Ainda, tende a otimizar a utilização do espaço físico disponível ao permitir a manutenção de um estoque reduzido. Esta modalidade também auxilia no planejamento orçamentário por distribuir a aplicação dos recursos ao longo do exercício.

1.3.1. As quantidades constantes do **Anexo “01” – Termo de Referência** são estimativas de consumo, não obrigando o Município à aquisição total.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, em atendimento ao contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21.

1.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. DO PREÇO MÁXIMO DE VENDA AO GOVERNO E DESONERAÇÃO DO ICMS

2.1. Quanto a utilização do CAP – Coeficiente de Adequação de Preços (Art. 2º - Resolução nº 03/2011 – CMED), destacamos que não se aplica aos referidos medicamentos e insumos distribuídos por este ente público, sendo que são dispensados na esfera em questão, fármacos



padronizados através da RENAME/REMUME e enquadrados mediante COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – CBAF (financiamento federal, estadual e municipal) e COMPONENTE ESTRATÉGICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – CESAF (financiamento federal e distribuição aos municípios através do estado).

2.2. Dessa forma, nos casos em que, não se aplicando o CAP - Coeficiente de Adequação de Preços, o distribuidor é obrigado a vender os produtos tendo como referencial máximo o Preço do Fabricante (Orientação Interpretativa da CMED 02/2006 e artigo 5º, resolução nº 02/2018-CMED.

2.3. A cerca da aplicação da isenção do ICMS prevista no Convênio ICMS nº 87/2002 – CONFAZ, e demais normas que impliquem desoneração tributária, quando aplicável, a proposta dos licitantes deve contemplar a isenção desse tributo.

3. DA JUSTIFICATIVA PARA O NÃO CUMPRIMENTO AOS ARTIGOS 47 E 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

3.1. É certo que a exclusividade às micro e pequenas empresas é a regra nos casos de licitações com valor estimado de até R\$ 80.000,00, conforme determina o art. 47, da Lei Complementar 123/2006. Contudo, existem exceções que podem ser avocadas pela Administração, desde que apresente as devidas justificativas, pois o tratamento diferenciado resulta de expressa disposição constitucional (CR/88, art. 170, IX), sendo seu dever esclarecer os motivos pelos quais decidiu que determinada licitação não será exclusiva.

3.2. Nesse sentido, o art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 proíbe a aplicação do disposto nos seus artigos 47 à 49 quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (artigo 49, III, da LC 123/2006).

3.3. Interpretando-se esses dispositivos, é possível chegar à conclusão de que caso seja verificado não ser vantajoso o benefício, a Administração poderá aplicar as regras excludentes do art. 49, II e III da LC nº 123/2006, permitindo a participação dos demais fornecedores interessados.

3.4. O que se observa é que a Lei Complementar nº 123/2006 visa ampliar a participação das ME/EPP nas licitações, mas não elevar a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público. Dessa forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a “proposta mais vantajosa para a administração”.

3.5. Diante disso, considerando o risco presente na concessão da exclusividade e ausência de parâmetros que afastem esses riscos, considerando ainda que tal decisão preserva a competitividade do certame, garante a isonomia e possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, e que as ME e EPP terão garantidos os outros benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123, de 2006, mostra-se adequado QUE ESTA LICITAÇÃO NÃO SEJA EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, por não ser vantajoso para a Administração, haja vista ampliação de participação de empresas no ramo de medicamentos.



4. DO REGISTRO E CÓDIGO BR

4.1. Os medicamentos deverão conter o respectivo registro junto ao Ministério da Saúde/Anvisa, devendo atender toda a legislação pertinente aos respectivos órgãos.

4.2. O Código BR é o padrão de codificação do Catálogo de Materiais (CATMAT). O CATMAT é um catálogo para descrição e codificação de materiais, desenvolvido e mantido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG).

4.2.1. A Unidade Catalogadora do Ministério da Saúde (UC/MS) é responsável pela padronização e catalogação dos itens de saúde.

4.2.2. As codificações e descrições do CATMAT estão disponíveis **no Sistema Banco de Preços em Saúde**, como padrão de produtos disponibilizados aos usuários, de modo que todos tenham acesso a uma lista de itens com especificação padronizada, o que possibilita a utilização de uma linguagem única para comparação de preços entre produtos idênticos.

5. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado da data de assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei 14.133/2021.

5.2. A Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

5.3. A Ata não poderá ser prorrogada quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação

5.4. A PMUVA é o único contratante, dispensando-se a realização de procedimento de intenção de Registro de Preços, ficando ainda vedada a utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.

6. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).

6.1. Os objetos pretendidos na presente licitação são Medicamentos e insumos farmacêuticos, a serem adquiridos para dispensação direta a população e distribuição a unidades básicas de saúde e prontos atendimentos.

6.2. A necessidade principal se dá por conta da operacionalização do Ciclo da Assistência Farmacêutica no município de União da Vitória que tem como objetivo de atender as demandas existentes no Sistema único de Saúde quanto ao suporte terapêutico medicamentoso.



7. DA DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

7.1. A contratação pretendida faz parte do Plano Anual de Contratações e estar de acordo com o Plano Estratégico da PMUVA.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

8.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

9.1. DOS REQUISITOS QUANTO A ENTREGA:

9.1.1. A entrega deverá ser efetuada na **Farmácia Municipal localizada na Coronel Amazonas, 84 - Navegantes / União da Vitória - PR, horário das 08h às 17h, de segunda à sexta - feira**, onde serão verificadas: quantidade, marca ofertada, reservando-se ao Município o direito de recusar aqueles em desacordo com o pedido.

9.1.2. Os itens devem ser translocados baseados nas normas vigentes quanto ao transporte e armazenamento de medicamentos e insumos farmacêuticos.

9.1.2.1. Os itens objeto desta licitação deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, isentos de quaisquer sinais de violação.

9.1.2.2. Constatado que o produto entregue não atende às especificações estabelecidas neste Edital, ou que não cumpre a finalidade para a qual é usualmente destinado, o órgão responsável pelo recebimento comunicará o fato, por meio de ofício, ao Departamento de Compras e Licitações, que notificará a empresa adjudicatária para que sane as irregularidades no menor prazo possível.

9.1.2.3. Em caso de devolução dos produtos, por estarem em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à contratada devendo esta providenciar com a máxima urgência a sua substituição ou adequação ao edital;

9.1.2.4. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a troca do objeto recusado, o órgão solicitante dará ciência ao Departamento Jurídico, através de Comunicação Interna – CI, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei nº 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.1.3. O prazo de entrega do item ficará estabelecido em **10 DIAS ÚTEIS** a partir da confirmação



do recebimento da Solicitação de Fornecimento-SF, e quando, exista qualquer tipo de indisponibilidade momentânea deverá ser informado ao setor requerente com agilidade para providências a fim de evitar desabastecimentos.

9.1.4. No ato da entrega os materiais serão conferidos de acordo com a Nota Fiscal, sendo necessário que o entregador aguarde a operação em questão.

9.1.5. No caso de impropriedades, o Contratado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação, para corrigi-las, após o que dar-se-á o objeto como recebido definitivamente, se for o caso.

9.2.6. Secretaria Municipal de Saúde efetuará os pedidos dos itens através do empenho/solicitação de fornecimento, conforme a necessidade.

9.2.7. É de total CONHECIMENTO da proponente de que os pedidos dos itens serão efetuados somente CONFORME A NECESSIDADE, comprometendo-se a realizar a entrega INDEPENDENTE da quantidade solicitada;

9.2. DOS REQUISITOS QUANTO AO FORNECEDOR.

9.3.1 Como se trata de aquisição de medicamentos, será exigido o comprovante de registro do medicamento na ANVISA, de acordo com a Lei nº 6.360/76 e portaria conjunta nº 1/96 ANVISA e ficha técnica do mesmo.

9.3.2. Os licitantes, na Descrição Detalhada do objeto ofertado, deverão indicar as seguintes informações:

- Especificações técnicas;
- Prazo de entrega, observado o limite máximo do Termo de Referência;
- Prazo de validade dos produtos, observado o parâmetro mínimo do Termo de Referência;
- Prazo de validade da proposta;
- Número de registro ou declaração de isenção de registro dos materiais, no Ministério da Saúde/ANVISA, dentro do prazo de validade.

9.3.3. Na proposta de preços a ser enviada pelo licitante, a comprovação dos registros dos medicamentos/materiais de saúde ou da declaração da isenção do registro deverá ser efetuada através de: Cópia da Publicação no D.O.U. – Diário Oficial da União; ou Cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária; ou Cópia da Declaração de notificação ou do Certificado de Dispensa de Registro do produto emitido pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária.

9.3.4. Ficará a cargo do proponente, provar que o produto objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.



9.3.5. No caso de exercício de atividade de fabricação, importação ou distribuição de medicamentos e materiais de uso em saúde, o licitante deverá anexar, juntamente com a proposta, os seguintes documentos:

9.3.5.1. Autorização para funcionamento, expedida pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde (ANVISA), do fabricante ou importador.

9.3.5.2. Autorização Especial de Funcionamento (AE): deve ser solicitada para as mesmas atividades, mas para as empresas que trabalharão com medicamentos ou insumos sujeitos a controle especial (Portaria 344/1998);

9.3.5.3. Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da sede do licitante.

9.3.5.4. Registro do responsável técnico no determinado conselho de classe, vigente;

9.3.5.5. Ter Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando que a licitante executou de forma satisfatória objeto compatível em características, quantidades e prazos com os objetos da presente licitação.

9.4. DOS REQUISITOS QUANTO AOS ITENS.

9.4.1. Os produtos, quando pertinente, identificados com os dizeres “VENDA PROIBIDA AO COMÉRCIO- VPC” - Obrigatório.

9.4.2. O prazo de validade dos itens deve ser de no mínimo 12 MESES, contados da data de recebimento, e quando não atender a este critério deverá ser remetida ao ente contratante carta de comprometimento de troca.

9.5. DA SUSTENTABILIDADE/IMPACTO AMBIENTAL

9.5.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

I - Racionalização/economia no consumo de energia elétrica e água;

II - A disposição final e ambientalmente adequada das embalagens, resíduos, peças e dos equipamentos após uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei no 12.305/2010 – que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

9.5.2. Ainda, atrelado aos requisitos acima, para o fornecimento do objeto é necessário o fornecedor possuir, Licença Sanitária, dentro do prazo de validade; e Autorização de Funcionamento, emitida pela ANVISA ou cópia legível da publicação no Diário Oficial da União.



9.5.3. O principal impacto ambiental seria o descarte incorreto do item, o que não ocorre, pois, o município possui serviço de coleta de lixo.

9.5.4. Quanto a questão dos impactos ambientais, a contratação em tela, tem como base observar as informações contidas no "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>

9.5.6. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade, inseridos agora nos princípios da aplicação da Lei n.º 14.133/2021. Os materiais ofertados devem ser fornecidos por fornecedores comprometidos com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação.

9.5.7. A aquisição de medicamentos pode ter vários impactos ambientais, que muitas vezes não são imediatamente visíveis. Aqui estão alguns dos principais aspectos:

1 - Produção de Medicamentos:

- Uso de Recursos Naturais: A fabricação de medicamentos pode demandar grandes quantidades de água e energia. A extração de recursos naturais, como minerais e produtos químicos, também pode ter impactos ambientais significativos.
- Emissões de Poluentes: O processo de produção pode liberar poluentes no ar e na água, incluindo solventes orgânicos e resíduos tóxicos.

2 -Resíduos Farmacêuticos:

- Descartes Impropriados: Medicamentos descartados inadequadamente, como em lixo comum, podem contaminar solos e corpos d'água, afetando ecossistemas e a vida selvagem.
- Resíduos de Fabricação: Resíduos gerados durante a fabricação e embalagem de medicamentos podem conter substâncias químicas que necessitam de tratamento adequado.

3 - Transporte:

- Emissões de Gases de Efeito Estufa: O transporte de medicamentos, que pode envolver uma cadeia logística global, contribui para a emissão de gases de efeito estufa devido ao uso de combustíveis fósseis.

4 -Ciclo de Vida dos Medicamentos:

- Degradação e Persistência: Alguns medicamentos podem persistir no meio ambiente, especialmente se não forem corretamente eliminados. Isso pode levar à contaminação da água e do solo, afetando a fauna e a flora.

5 - Impactos na Saúde Ambiental:



- Efeitos em Organismos Aquáticos: Medicamentos que entram em corpos d'água podem afetar organismos aquáticos, levando a problemas como a resistência a antibióticos em bactérias, alteração de comportamento e outros impactos ecológicos.

9.5.8. Para mitigar esses impactos, práticas como a adequada gestão de resíduos farmacêuticos, a adoção de processos de fabricação mais sustentáveis e a melhoria na logística de transporte são essenciais. Além disso, a conscientização sobre o descarte correto de medicamentos e o apoio a políticas ambientais podem ajudar a minimizar os impactos ambientais associados à aquisição e ao uso de medicamentos.

9.6. DA INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

9.6.1. Na presente contratação não será exigida marca.

9.7. DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO

9.7.1. A participação de consórcios não será permitida, uma vez que o objeto a ser adquirido é amplamente comercializado por diversas empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

9.7.2. Pelo mesmo motivo não será admitida a subcontratação, de forma a gerar outros instrumentos contratuais e consequentemente outras atribuições à Administração Pública. Deste modo é vedada a subcontratação do objeto.

9.8. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.8.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

9.9. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

9.9.1. Não será exigida amostra dos produtos

9.10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.10.1. Da contratada

9.10.1.1. Cumprir com todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.10.1.2. Fornecer itens que atendam a todos os padrões de qualidade estabelecidos pelo órgão contratante e pelas normas reguladoras vigentes.

9.10.1.3. Garantir que os itens sejam transportados em condições adequadas para preservar a qualidade e segurança deste.



- 9.10.1.4. O transporte deve ser realizado em veículos apropriados, que garantam a integridade dos itens.
- 9.10.1.5. Realizar a entrega dos itens conforme os prazos e locais definidos no contrato.
- 9.10.1.6. A entrega deve ser feita pontualmente, conforme cronograma acordado.
- 9.10.1.7. A contratada é responsável por qualquer dano ou perda dos produtos até a entrega final no local designado pela contratante.
- 9.10.1.8. Emitir e entregar as notas fiscais junto com os itens produtos fornecidos.
- 9.10.1.9. A assistência deve estar disponível durante o horário comercial, por telefone ou e-mail, para resolver qualquer problema ou dúvida relacionada aos itens entregues.
- 9.10.1.10. Adotar práticas sustentáveis e seguras em todo o processo de produção, armazenamento e entrega.
- 9.10.1.11. Executar diretamente o contrato, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada;
- 9.10.1.12. Respeitar todas as leis, regulamentos e normas aplicáveis durante a realização do fornecimento dos itens incluindo legislação trabalhista, tributária, de propriedade intelectual, entre outras, a fim de evitar responsabilização criminal por práticas ilegais.
- 9.10.1.13. Comunicar ao Município sobre todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra seu patrimônio;
- 9.10.1.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.10.1.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.10.1.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.10.1.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.10.1.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.10.1.19. Cumprir a legislação e as Normas Técnicas da Anvisa inerentes à sua atividade;
- 9.10.1.20. Cumprir rigorosamente os prazos e condições do Edital;
- 9.10.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.10.1.22. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigida neste Edital e seus anexos.
- 9.10.1.23. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a Contratada.



9.10.2. Da contratante

- 9.10.2.1. Fornecer especificações detalhadas sobre as especificações do itens a serem adquiridos.
- 9.10.2.2. Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;
- 9.10.2.3. Fornecer informações detalhadas sobre os locais de entrega, horários de recebimento e as quantidades de ração necessárias;
- 9.10.2.4. Garantir que o local de recebimento esteja em condições adequadas.
- 9.10.2.5. Realizar os pagamentos de acordo com as condições estabelecidas no contrato, respeitando os prazos acordados.
- 9.10.2.6. Estabelecer um processo claro e eficiente para a aprovação e processamento das faturas recebidas;
- 9.10.2.7. Designar um responsável para o acompanhamento e fiscalização do contrato, garantindo que os itens fornecidos estejam de acordo com as especificações e os prazos estabelecidos;
- 9.10.2.8. Elaborar relatórios de recebimento e verificação da conformidade dos produtos fornecidos.
- 9.10.2.9. Manter canais de comunicação abertos e eficientes com a contratada para resolver quaisquer questões ou problemas que possam surgir durante a execução do contrato;
- 9.10.2.10. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;
- 9.10.2.11. Informar a contratada imediatamente sobre qualquer problema ou inconformidade encontrada nos produtos entregues, permitindo que a contratada tome as medidas corretivas necessárias.
- 9.10.2.12. Fornecer suporte logístico necessário para facilitar a entrega dos itens, como acesso aos locais de entrega e assistência no descarregamento dos produtos;
- 9.10.2.13. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;
- 9.10.2.14. Assegurar que todas as ações relacionadas à contratação, recebimento e utilização da ração estejam em conformidade com as legislações e normas vigentes.
- 9.10.2.15. Comunicar, por escrito, à contratadas quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido;
- 9.10.2.16. Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;
- 9.10.2.17. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.
- 9.10.2.18. Efetuar os pagamentos à contratada de acordo com o estabelecido no contrato, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios e cumprimento das obrigações por parte da contratada.

9.11. DAS SANÇÕES



9.11.1. O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções administrativas:

- 9.11.1.1. advertência;
- 9.11.1.2. multa;
- 9.11.1.3. suspensão temporária de participação em licitação;
- 9.11.1.4. impedimento de contratar com a PMUVA;
- 9.11.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até sua reabilitação perante autoridade que aplicou a penalidade); e
- 9.11.1.6. descredenciamento do sistema de registro cadastral.

9.11.2. Todas as sanções previstas nesse documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11.3. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

9.11.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à PMUVA, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.11.5. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

9.11.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas aplicáveis, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021).

9.11.9. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).



9.11.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11.11. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.11.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- 9.11.12.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.11.12.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.11.12.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.11.12.4. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- 9.11.12.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. DA SEVERIDADE

9.12.1. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

- Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;
- Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

M1 = multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação

M2 = multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

M3 = multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

- Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

G1 = multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

9.12.2. O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

ITEM	CONDUTAS	Ocorrência e reincidência
------	----------	---------------------------



		Grau de severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
2	O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
3	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	Atraso injustificado do início da execução do contrato de prestação de serviço ou de fornecimento de bens		1ª vez				
5	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
6	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa						1ª vez
7	Agir em desconformidade legal na relação contratual						1ª vez
8	Abandonar a execução do contrato						1ª vez
9	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato						1ª vez
10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez



11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência e/ou contrato	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

9.12.3. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

9.12.4. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

9.12.5. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) ($L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2$), excetuadas as penas de multas específicas.

9.12.6. No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, fica facultada à PMUVA rescindir unilateralmente o contrato.

9.13. DA MORATÓRIA

9.13.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (trinta) dias. O atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

9.13.2. O valor máximo da multa será equivalente a 30 (trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, à critério



da Administração, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

9.13.3. Moratória de 2% (dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Previsão Contratual, superior a 5 (cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

9.13.4. Após o décimo dia útil e a critério da Administração, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Previsão Contratual, poderá ocorrer a não aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato Compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

9.13.5. Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

9.13.6. Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

10. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

10.1. O prazo de vigência do contrato de fornecimento contínuo será de **12 (doze) meses**, contados da data de publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico da PMUVA, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. (NO CASO DE CONTRATO).

ou

10.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado da data de assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei 14.133/2021 (NO CASO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS).

10.1.2. O contrato ou a ARP oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

10.1.3. O contrato ou a ARP não poderá ser prorrogado quando tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

10.4. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

10.4.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10.5. RESCISÃO CONTRATUAL



10.5.1. O contrato/ARP pode ser extinto antes que as obrigações nele estabelecidas sejam cumpridas ou antes do prazo fixado, com base nos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como por meio de entendimento mútuo, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa.

10.5.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, sem prejuízo das sanções administrativas.

11. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. É de total CONHECIMENTO da proponente de que os pedidos dos itens serão efetuados somente CONFORME A NECESSIDADE, comprometendo-se a realizar a entrega INDEPENDENTE da quantidade solicitada.

11.2. A entrega deverá ser efetuada na Farmácia Municipal localizada na Coronel Amazonas- 84-Bairro Navegantes, União da Vitória/PR, horário das 08h às 17h, de segunda à sexta – feira, onde serão verificadas: quantidade, marca ofertada, reservando se ao Município o direito de recusar aqueles em desacordo com o pedido.

11.3. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

11.3.1. Após a homologação da licitação, a(s) licitante(s) vencedora(s) será(ão) convocada(s) para assinar Ata de Registro de Preço, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

11.3.2. Havendo a necessidade de fornecimento dos itens estes serão solicitadas mediante requisição prévia, devidamente assinada, emitida em duas vias, uma das quais ficará com a contratada, cuja cópia deverá acompanhar a Nota Fiscal;

11.3.2.1. As **notas fiscais** eletrônicas dos medicamentos adquiridos deverão constar o preenchimento adequado dos seguintes campos: Código GTIN, bem como dos campos dos Grupos 180 (rastreadabilidade do produto) e K (detalhamento específico de medicamento e de matérias-primas farmacêuticas).

11.3.2.2. Deverão conter obrigatoriamente: a Denominação Comum Brasileira do Produto (DCB), a marca e/ou fabricante, o número de lote do produto, o prazo de validade do produto, o número do empenho, número do Pregão correspondente, entrega à Farmácia Municipal e o seu endereço.

11.3.3 Os itens serão transportados até o local de entrega conforme o plano estabelecido, utilizando os meios de transporte adequados e seguindo as normas de segurança e regulamentações de tráfego.



11.3.4. No local de entrega, os itens serão descarregados e recebidos pela equipe da contratante, que verificará se estes estão em conformidade com as especificações técnicas e quantidades estabelecidas na solicitação de compra emitida.

11.3.5 Serão realizados registros detalhados da entrega, incluindo datas, quantidades, condições dos materiais entregues e assinaturas de responsáveis pela recepção e conferência.

11.3.6 Caso ocorram problemas durante a entrega ou se os materiais não estiverem em conformidade com as especificações, a contratada e a contratante devem comunicar-se prontamente para resolver a questão.

11.3.7 Após a conclusão da entrega e confirmação da conformidade dos materiais, a contratante efetua o pagamento à contratada conforme as condições estabelecidas no contrato, encerrando o processo de entrega.

11.3.8. Os itens poderão ser rejeitados, em todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo e na proposta.

11.3.9 A Secretaria Municipal de Saúde solicitará o fornecimento através do empenho/solicitação de fornecimento, que será emitido pelo Departamento de Compras, rigorosamente de acordo com o ofertado na proposta pela empresa vencedora do certame.

11.4. Prazo de vigência/execução: 12 meses.

11.5 DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.6. A Gestão e a Fiscalização da Contratação caberão aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

11.6. A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

11.7. O material será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável ou fiscal, com verificação posterior da conformidade do material e definitivamente, por servidor ou comissão designado pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

11.8. Os Gestores e Fiscais designados exercerão, de forma segregada, as atribuições previstas em instruções internas, e tudo o mais que for necessário visando o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

11.9. As decisões e providências que ultrapassem a competência dos gestores e fiscais



deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à autoridade competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

11.10. A gestão e a fiscalização de que trata este item não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

11.11. São indicados para fiscalização:

- **Gestor:** Sonia Regina Guzzoni Drozda – Secretária Municipal de Saúde.
- **Fiscal:** Georgea Vanessa Souza – Servidora Efetiva – Farmacêutica.
- **Fiscal Substituto:** Adriana de Fátima Ludka – Diretora Administrativa, Financeiro e Compras.

12. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

12.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 1 (um) dia corrido, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.5. Da Liquidação.

12.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, juntamente com os tickets de pesagem, correrá o prazo de até 30 dias corridos para fins de liquidação.

12.5.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.5.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

12.5.4. O pagamento efetuado pela PMUVA não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

12.5.5. É vedado à contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

12.5.6. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela PMUVA, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$, onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

12.6. Da Forma de pagamento.

12.6.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



12.6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.6.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.7 RETENÇÃO DO IR NA COMPRA DE BENS, MERCADORIAS, ALUGUÉL, OBRAS DE ENGENHARIA INCLUSIVE CONSTRUÇÃO CIVIL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA:

12.7.1. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 em seu anexo I, e Instrução Normativa RFB nº 2145/2023, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430/1996 e alterações, o Tema nº 1130 do STF e a Constituição Federal de 1988 Art. 158 -I.

12.7.2. A CONTRATADA, além do dever de atendimento ao que as legislações tributárias atinentes às retenções na fonte determinam, deverá, se for o caso, apresentar as comprovações de possíveis benefícios fiscais que possam a vir implicar na não retenção dos tributos na fonte (conforme o art. 4º da IN 1234/12) ou ainda algum outro tratamento diferenciado, juntamente com declaração informando o atendimento aos requisitos exigidos que justificam a não retenção, podendo se sujeitar às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas a falsidade ideológica (Código Penal) e a crime contra ordem tributária (Lei nº 8.137/90).

13. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos do Art. 28, I c/c Art. 40, II e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a **Fase de Habilitação**, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação. O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será de **2 (duas) horas**, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a inabilitação, caso não faça no tempo determinado, podendo vir ser prorrogado a critério do(a) pregoeiro(a) em quanto tempo for necessário e durante o horário de expediente do órgão.

13.2. HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS:



Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

13.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a)** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b)** No caso de sociedade empresária ou Sociedade Limitada Unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c)** No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- d)** Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.2.1.1 Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.2.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a)** Prova de regularidade perante a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Secretaria da Receita Federal;
- b)** Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;
- c)** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- f)** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Estado sede do licitante na forma da lei;
- g)** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município sede do licitante na forma da lei;



h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), nos termos do título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, obtida por meio do endereço eletrônico: www.tst.jus.br/certidao.

13.2.3. DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA, DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

a) Deverá ser comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

13.2.3.1. Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente;

13.2.3.2. Declaração escrita (**Anexo 04**), sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006;

13.2.3.3. Demonstração do Resultado do Exercício DRE, a que se refere a NBC TG 1002, de 2021, do Conselho Federal de Contabilidade CFC, ou outra norma que vier a substituir.

13.2.4. DAS DECLARAÇÕES:

a) Declaração de Conhecimento e Atendimento de Critérios Legais e Constitucionais (**Anexo 02**);

13.2.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Cartório Judicial Distribuidor da Comarca da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar no documento;

13.2.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da sede do licitante;

b) Autorização de Funcionamento (AFE), emitida pela ANVISA ou cópia legível da publicação no Diário Oficial da União;

c) Autorização Especial de Funcionamento (AE): deve ser solicitada para as mesmas atividades, no caso das empresas que trabalharão com medicamentos ou insumos sujeitos a controle especial (Portaria 344/1998);

d) Registro do responsável técnico no determinado conselho de classe, vigente;



e) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando que a licitante executou de forma satisfatória objeto compatível em características, quantidades e prazos com os objetos da presente licitação.

13.3. A PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA, deverá conter as seguintes informações:13.2.6.

- a) Especificações técnicas;
- b) Prazo de entrega, observado o limite máximo do Termo de Referência;
- c) Prazo de validade dos produtos, observado o parâmetro mínimo do Termo de Referência;
- d) Prazo de validade da proposta;
- e) Número de registro ou declaração de isenção de registro dos materiais, no Ministério da Saúde/ANVISA, dentro do prazo de validade.
- f) Na proposta a ser enviada pelo licitante, a comprovação dos registros dos medicamentos/materiais de saúde ou da declaração da isenção do registro deverá ser efetuada através de: Cópia da Publicação no D.O.U. – Diário Oficial da União; ou Cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária; ou Cópia da Declaração de notificação ou do Certificado de Dispensa de Registro do produto emitido pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária.

13.4. Disposições Gerais Referentes aos Documentos:

13.4.1. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

13.4.2. Todos os documentos deverão ser apresentados:

- 13.4.2.1. Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome da licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;
- 13.4.2.2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;
- 13.4.2.3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, **exceto** aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 13.4.2.4. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório.

13.4.3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

13.4.4. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
CNPJ 75.967.760/0001-71
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br

13.4.5. A validade dos documentos será aquela expressa nos mesmos ou estabelecida em lei.

13.4.6. Toda a documentação apresentada deverá estar em pleno vigor. Documentos expedidos por órgãos oficiais, omissos quanto ao prazo de validade, serão aceitos por **90 (noventa) dias**, contados a partir da sua expedição, à exceção de disposição em contrário estabelecida neste Edital.

13.4.7. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que está apresente alguma restrição.

13.4.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

13.4.7.2. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal;

13.4.7.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação;

13.4.8. A regularidade exigida por ocasião da licitação deverá manter-se na vigência do Instrumento Contratual.

13.4.9. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior. Os licitantes que apresentarem documentos em desacordo com as estipulações desta seção ou não lograrem provar sua regularidade serão inabilitados, ressalvado o contido no item 13.3.7, subitem 13.4.7.1, conforme Art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006.

13.4.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

14. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pela PMUVA é de: **R\$ 433.453,90 (Quatrocentos e trinta e três mil e quatrocentos e**



cinquenta e três reais noventa centavos), conforme as referências indicadas na tabela de composição de preços.

14.2. Após análise dos valores praticados no mercado, considerando as fontes de consulta apresentadas na planilha constante do Estudo Técnico Preliminar - ETP, o preço máximo foi obtido através de média aritmética.

14.3. Estes valores são considerados adequados e condizentes com os preços praticados no mercado, garantindo a efetivação da contratação com qualidade e economicidade para a Administração Pública.

14.4. Em caso de alterações significativas na licitação, os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que se eleve significativamente (acima 5% do valor do contrato) o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

14.4.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.4.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

14.5. Para essas situações poderão ser tomadas as seguintes providências:

14.5.1. serão **reajustados** os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação (os critérios de reajuste estão pormenorizados em itens específicos do Contrato); ou

14.5.2. poderão ser **repactuados**, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação; ou

14.5.3. poderão ser **reequilibrados** os preços aplicados na contratação em caso comprovado de alterações significativas por força maior de mercado que inviabilizem a execução do ato.

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação, para a execução dos serviços durante o exercício de 2024 consta da Lei Orçamentária Anual – 2024, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(es) orçamentária(s):

Despesa	Descrição da Despesa	Dotação	Fonte
185	Suporte Profilático e Terapêutico	08.001.10.303.0024.2086.3.3.72.32.00	0303
187	Suporte Profilático e Terapêutico	08.001.10.303.0024.2086.3.3.90.32.00	0303



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA
Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 3º e 4º Pavimentos
Fone: 42-3521-1200 e-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
CNPJ 75.967.760/0001-71
Site Oficial: www.uniaodavitoria.pr.gov.br

186	Suporte Profilático e Terapêutico	08.001.10.303.0024.2086.3.3.90.30.00	0494
175	Manutenção da Atenção Básica	08.001.10.301.0024.2071.3.3.90.30.00	0494

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

União da Vitória - PR, 06 de abril de 2026.

.....
SONIA REGINA GUZZONI DROZDA
Secretária Municipal de Saúde

.....
GEORGEA VANESSA SOUZA
Farmacêutica